



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

(art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de implantação de infraestrutura pública destinada ao funcionamento de Restaurante Popular, como instrumento estruturante de enfrentamento à insegurança alimentar e nutricional no âmbito municipal.

A alimentação adequada constitui direito social expressamente previsto no art. 6º da Constituição Federal, conforme Emenda Constitucional nº 64/2010, e direito fundamental nos termos da Lei nº 11.346/2006 (LOSAN), que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Nesse contexto, a atuação do Poder Público não se caracteriza como discricionária, mas como dever institucional de garantir o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de forma digna.

No cenário local, especialmente em contexto urbano, verifica-se a existência de demanda concreta por alimentação acessível, decorrente de fatores como limitação de renda, elevação do custo de vida, restrições de tempo para preparo de refeições e intensos fluxos de deslocamento diário de trabalhadores e população em situação de vulnerabilidade. Tal realidade resulta, com frequência, na substituição de refeições adequadas por alimentos de baixo valor nutricional ou na supressão de refeições, gerando impactos diretos na



saúde pública, na produtividade laboral e na ampliação de vulnerabilidades sociais.

A implantação de Restaurante Popular configura-se como solução pública consolidada e tecnicamente reconhecida, apta a ofertar refeições balanceadas, seguras e a preços acessíveis, contribuindo de forma efetiva para a mitigação da insegurança alimentar, a promoção da saúde e a proteção da dignidade da população.

Além dos efeitos diretos, a medida apresenta relevante externalidade positiva, ao reduzir pressões sobre os sistemas de saúde e assistência social, melhorar as condições de trabalho e renda e fortalecer a dinâmica econômica local. Trata-se, portanto, de intervenção com elevado retorno social e caráter preventivo, evitando custos públicos futuros decorrentes do agravamento de condições sociais e sanitárias.

Destaca-se, ainda, que a demanda possui natureza territorial e dinâmica, abrangendo não apenas a população residente, mas também a população flutuante que se desloca diariamente para atividades econômicas e de serviços, o que reforça a necessidade de implantação de equipamento público com localização estratégica e capacidade de atendimento contínuo.

Dessa forma, a contratação da obra justifica-se como etapa indispensável à viabilização de política pública essencial, permanente e alinhada às diretrizes constitucionais e legais de promoção do direito humano à alimentação adequada, representando medida necessária, proporcional e de relevante interesse público.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA

(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)



A insegurança alimentar e nutricional apresenta caráter multifatorial, exigindo abordagem estruturada e integrada por meio de políticas públicas complementares. Nesse contexto, foram analisadas alternativas capazes de enfrentar o problema sob as perspectivas de efetividade, custo, governança, previsibilidade e sustentabilidade no ciclo de vida.

Entre as alternativas avaliadas, destacam-se: (i) transferência de renda ou subsídio direto ao consumo; (ii) rede credenciada de estabelecimentos privados; (iii) distribuição direta de refeições prontas; (iv) cozinhas comunitárias; e (v) implantação de Restaurante Popular como equipamento público âncora.

A transferência de renda, embora relevante e de rápida implementação, apresenta limitações quanto à garantia de acesso efetivo a refeições adequadas, à previsibilidade de custos frente à inflação de alimentos e à incapacidade de controle sobre padrões nutricionais e sanitários. A rede credenciada amplia capilaridade territorial, porém impõe maior complexidade de fiscalização, heterogeneidade na qualidade das refeições e elevada dependência das condições de mercado, comprometendo a estabilidade da política pública. A distribuição de marmitas mostra-se adequada para situações emergenciais e públicos específicos, mas apresenta fragilidade logística, maior risco de descontinuidade e menor promoção de dignidade e integração social. As cozinhas comunitárias possuem relevante papel territorial e social, porém não atendem, isoladamente, à demanda urbana em escala e à necessidade de oferta contínua de refeições em áreas de grande fluxo.

Diante disso, a implantação de Restaurante Popular configura-se como a alternativa mais robusta, por permitir a oferta regular, previsível e em escala de refeições adequadas, com controle sanitário e nutricional, padronização de processos, rastreabilidade de insumos e garantia de ambiente digno de consumo. Além disso, o equipamento possibilita integração com outras políticas públicas, atuando como elemento estruturante dentro de uma estratégia multicamadas de segurança alimentar.



No que se refere às alternativas de implantação, foram consideradas: adaptação de imóvel existente, locação de edificação, construção modular e construção de edificação própria. As alternativas de adaptação e locação, embora possam apresentar menor custo inicial, implicam limitações técnicas relevantes quanto à adequação de fluxos sanitários, instalações prediais e continuidade do serviço, além de maior risco de custos recorrentes e dependência de terceiros. A construção modular, por sua vez, pode apresentar restrições de desempenho e compatibilização em função da complexidade do programa arquitetônico.

A construção de edificação própria mostra-se tecnicamente superior, por permitir a concepção adequada de fluxos operacionais, setorização sanitária, dimensionamento de áreas e integração de sistemas prediais, garantindo maior eficiência operacional, redução de riscos sanitários e melhor desempenho no ciclo de vida do empreendimento.

Ressalta-se que a solução adotada não se limita à execução da obra, sendo indispensável o planejamento integrado de contratações complementares, incluindo equipamentos, mobiliário, insumos, serviços de manutenção e definição do modelo de gestão, de modo a assegurar a efetiva operacionalização do equipamento público.

Conclui-se, portanto, que a construção de edificação própria destinada ao Restaurante Popular constitui a solução mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e de interesse público, por viabilizar infraestrutura compatível com a prestação contínua de serviço essencial, com previsibilidade, qualidade e sustentabilidade, integrando-se a uma política pública mais ampla de segurança alimentar e nutricional.

Quanto ao Simples Nacional, Pessoa jurídica reunida em consórcio e cooperativas:

A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?

Sim (X)

Não () (justificar)



Sim. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) poderão se beneficiar do regime do Simples Nacional, desde que atendidos os requisitos da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada sua participação em licitações, nos termos dos arts. 47 e 48 da referida lei e em observância aos princípios da isonomia e da competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que, para atividades de construção civil, em regra enquadradas no Anexo IV do Simples Nacional, a Contribuição Previdenciária Patronal (CPP) não integra o DAS, devendo ser recolhida separadamente, conforme legislação vigente.

Dessa forma, o edital deverá observar o adequado tratamento tributário e as eventuais retenções legais aplicáveis, sem impor restrições indevidas à participação de empresas optantes pelo Simples Nacional.

Poderá participar Pessoas Jurídicas em consórcio?

Sim (x)

Não ()

Sim. Será admitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de ampliar a competitividade e possibilitar a soma de capacidades técnicas e econômico-financeiras.

A medida contribui para a obtenção da proposta mais vantajosa, sem prejuízo da responsabilidade solidária das consorciadas pela execução do objeto.

Poderá participar Sociedades Cooperativas?

Sim (x)

Não ()

Sim. Será admitida a participação de sociedades cooperativas, desde que atendam aos requisitos legais e comprovem capacidade técnica e operacional compatível com o objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A medida amplia a competitividade do certame, observados os princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Da vedação à subcontratação

Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, em razão da natureza integrada da obra, que exige execução contínua, padronização de qualidade e responsabilização única, bem como em observância às disposições do convênio ao qual a obra está vinculada, que não permite a subcontratação.



A subcontratação pode gerar riscos de incompatibilidades técnicas, dificuldades de fiscalização e comprometimento do cronograma, razão pela qual a contratada deverá executar diretamente todos os serviços, mantendo responsabilidade integral pela obra.

Quanto a Possível adesão a Ata de Registro de Preços

Não se mostra aplicável a adesão à Ata de Registro de Preços para a presente contratação, tendo em vista tratar-se de obra de engenharia com características específicas, projeto próprio e execução integrada.

A natureza do objeto exige contratação global, com responsabilidade única pela execução de todos os serviços interdependentes, não sendo adequada a contratação de serviços de forma individualizada ou fragmentada por meio de atas de registro de preços.

Além disso, obras públicas demandam planejamento detalhado, orçamento próprio, compatibilização de projetos e vinculação a convênio específico, o que inviabiliza sua padronização e replicação por meio de registros de preços, reforçando a necessidade de realização de procedimento licitatório próprio.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

A Administração opta pelo não parcelamento do objeto, adotando a contratação de forma unitária, por se tratar de obra de engenharia que constitui sistema único e integrado, com elevado grau de interdependência técnica entre suas etapas.

A execução da edificação envolve serviços interligados e sequenciais, tais como fundações, estruturas, alvenarias, instalações prediais e acabamentos, cujo desempenho adequado depende da compatibilização e coordenação contínua entre as diversas fases da obra. A eventual fragmentação do objeto em múltiplos contratos pode ocasionar incompatibilidades técnicas, conflitos de interface, dificuldades na fiscalização e na definição de responsabilidades, além de comprometer o cumprimento do cronograma físico-financeiro.

Nos termos do art. 18, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento deve ser adotado quando técnica e economicamente viável. No



caso concreto, verifica-se que o parcelamento não se mostra vantajoso, tendo em vista o aumento da complexidade da gestão contratual, a elevação de custos indiretos e a perda de eficiência decorrente da ausência de economia de escala.

Dessa forma, a contratação unitária mostra-se mais adequada ao interesse público, por garantir maior controle da execução, padronização dos serviços, responsabilização centralizada e melhor desempenho global da obra.

Registra-se que a decisão pelo não parcelamento restringe-se à presente contratação, não impedindo a realização de contratações futuras e específicas para aquisição de equipamentos, mobiliário e demais itens necessários à operação do equipamento público.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

(art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

A estimativa de quantidades, para fins de planejamento da contratação, considera a execução de 01 (uma) unidade de Restaurante Popular, correspondente à construção de edificação com área total de 754,43 m², conforme projeto técnico.

Para dimensionamento preliminar da capacidade de atendimento, adota-se como referência a produção de até 800 (oitocentas) refeições diárias, considerando o porte do equipamento, sua finalidade pública, a demanda estimada em períodos de maior fluxo, bem como a capacidade produtiva da unidade e a rotatividade dos usuários no restaurante.

Ressalta-se que tal quantitativo possui caráter estimativo e orientativo, podendo ser ajustado na fase de planejamento operacional, conforme definição de parâmetros como turnos de funcionamento, tempo médio de atendimento, capacidade do salão e organização do fluxo produtivo.



5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

A estimativa do valor da contratação, para fins de planejamento e definição do preço máximo aceitável, foi elaborada com base em planilha orçamentária de referência, contemplando todos os serviços, insumos e sistemas necessários à execução integral da obra, conforme projeto e especificações técnicas.

Para a composição dos custos, foram adotadas como referência a Tabela DER/PR (sem desoneração) – março/2025 e o SINAPI – abril/2025, complementadas por cotações mercadológicas, assegurando a adequação dos preços às condições reais de mercado.

O valor estimado da contratação é de R\$ 3.063.881,89, o qual será adotado como limite para aceitabilidade das propostas, assegurando compatibilidade com a previsão orçamentária e controle por parte da Administração.

Conforme a composição orçamentária, verifica-se predominância de custos com materiais, correspondendo a 68,57% do valor total, enquanto a mão de obra representa 31,43%, evidenciando a natureza intensiva em insumos da obra.

6. ANÁLISE DOS RISCOS

(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Em Anexo a Este.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



(art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

A solução proposta consiste na implantação de um equipamento público permanente de segurança alimentar e nutricional, estruturado como Restaurante Popular, mediante a construção de edificação própria com área de 754,43m², concebida desde a origem para atender às exigências técnicas, sanitárias e operacionais de uma unidade de produção e distribuição de refeições em escala.

O projeto arquitetônico e de engenharia foi desenvolvido com base em critérios de funcionalidade, segurança e eficiência, contemplando setorização adequada e fluxos sanitários segregados, com ambientes específicos para recebimento e pré-higienização de insumos, armazenamento, preparo por tipologia de alimentos, cocção, higienização de utensílios, áreas administrativas e técnicas, além de salão de refeições e instalações acessíveis. A edificação incorpora, de forma integrada, todos os sistemas prediais necessários à operação contínua e segura, incluindo instalações elétricas, hidrossanitárias, gás GLP, ventilação e exaustão, prevenção e combate a incêndio, drenagem e impermeabilização, garantindo desempenho adequado mesmo sob uso intensivo.

Sob o ponto de vista técnico, a solução assegura maior controle de qualidade, padronização dos processos produtivos, segurança alimentar, eficiência operacional e redução de riscos sanitários, além de proporcionar melhores condições de fiscalização, manutenção e durabilidade da edificação ao longo de seu ciclo de vida.

No aspecto social, a implantação do Restaurante Popular representa uma resposta estruturante ao problema da insegurança alimentar, promovendo o acesso regular a refeições balanceadas, seguras e a preços acessíveis, especialmente para trabalhadores, população de baixa renda e usuários em situação de vulnerabilidade. O equipamento contribui diretamente para a



melhoria das condições de saúde, aumento da produtividade, fortalecimento da dignidade humana e redução de desigualdades sociais.

Adicionalmente, a solução fortalece a política pública municipal ao estabelecer um ponto fixo, previsível e contínuo de atendimento alimentar, integrado a outras ações complementares, ampliando o alcance territorial e a efetividade das estratégias de segurança alimentar e nutricional. Dessa forma, não se trata apenas da execução de uma obra de engenharia, mas da implementação de uma infraestrutura essencial que viabiliza a prestação de um serviço público permanente, com elevado retorno social, sanitário e econômico para o Município.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

Qualificação técnica geral

- a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica (empresa) com a regularidade do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.
- b) Certidão de Registro de Pessoa Física (Profissional) com a regularidade do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.
- c) Comprovação de que o responsável técnico indicado, pertence ao quadro da empresa (através da apresentação de carteira de trabalho e previdência social ou ficha de registro de empregados) ou;
- d) Se o profissional não foi ingresso ao quadro de funcionários (apresentar contrato de trabalho ou ainda documento de indicação de profissional, este documento deve conter minimamente os dados dos profissionais e



peçoais do profissional indicado indicando o certame a ser concorrido, neste documento deve haver anuência do profissional indicado,

- a. lembrando que os acervos técnicos apresentados deverão estar em nome do profissional indicado.
- b. O documento de indicação de profissional na fase de habilitação será aceito, porem para fase de contratação ou assinatura do contrato a licitante deve apresentar do profissional indicado na fase de habilitação a comprovação de que o profissional já está em seu quadro de funcionários seja por contrato de trabalho, carteira de trabalho e previdência social ou ficha de registro de empregados.
- e) Em casos onde o profissional detentor do atestado de capacidade técnica for de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma, contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, se o vínculo for de natureza civil apresentar Contrato de prestação de serviços regido pela legislação comum).
- f)

Qualificação Técnico-Operacional

- g) Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica em nome da empresa, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de obra de engenharia similar, admitido o somatório, contemplando no mínimo:
 - a. Construção de edificações em alvenaria e concreto armado com cobertura em estrutura metálica – mínimo de 377,21 m²;
- h) Os atestados deverão estar acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA e/ou CAU, não sendo



admitidos documentos sem a devida validação pelo conselho profissional competente;

- i) Apresentação de relação de disponibilidade de máquinas, equipamentos e veículos necessários à execução da obra, devidamente assinada pelo responsável legal e técnico, com declaração de sua efetiva disponibilidade durante a execução contratual.
- j) Declaração formal da empresa de pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades da execução da obra;
- k) Declaração formal da empresa de pleno conhecimento dos projetos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e outros que compõem o projeto do empreendimento;
- l) Apresentação do certificado da NBR ISO 9001:2015 - norma brasileira que estabelece os requisitos para um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ). Para as seguintes atividades: Planejamento e execução de obras de construção civil (a ser apresentado antecipadamente a fase de contratação).

Justificativa da Exigência de Certificação ABNT NBR ISO 9001:2015

A exigência de certificação ABNT NBR ISO 9001:2015, ou equivalente, fundamenta-se na necessidade de assegurar padrão adequado de qualidade, controle e confiabilidade na execução da obra de engenharia objeto da presente contratação.

Nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá exigir comprovação de capacidade técnica compatível com o objeto licitado, desde que pertinente e proporcional à complexidade da contratação. Ainda, o art. 37, caput, da Constituição Federal impõe à Administração Pública a observância dos princípios da eficiência, legalidade e interesse público, os quais orientam a adoção de medidas que reduzam riscos de falhas, atrasos e prejuízos ao erário.

A certificação ABNT NBR ISO 9001:2015 comprova a implementação de Sistema de Gestão da Qualidade estruturado, baseado em padronização de



processos, controle sistemático das atividades, rastreabilidade e melhoria contínua, constituindo ferramenta eficaz para mitigação de riscos técnicos e garantia da conformidade dos serviços executados.

A obra em questão apresenta elevado grau de complexidade técnica, envolvendo múltiplos sistemas construtivos interdependentes, tais como: execução de estruturas em concreto armado, implantação de estrutura metálica, fundações de maior responsabilidade (blocos sobre estacas) e integração de sistemas prediais essenciais (instalações elétricas, hidrossanitárias, gás GLP, ventilação/exaustão e prevenção e combate a incêndio), diretamente relacionados à segurança estrutural, sanitária e operacional de unidade destinada à produção de alimentos.

Nesse contexto, a exigência de sistema formal de gestão da qualidade se mostra medida adequada para assegurar controle rigoroso das etapas executivas, rastreabilidade de materiais, conformidade técnica e desempenho da edificação ao longo de sua vida útil.

Destaca-se que a exigência observa os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, não configurando restrição indevida à competitividade, uma vez que:

- é compatível com a complexidade do objeto;
- é usual no mercado de obras de engenharia de médio e alto porte;
- admite comprovação por certificação equivalente ou outros meios idôneos que evidenciem a implementação de sistema de gestão da qualidade.

Tal entendimento encontra respaldo em orientações dos Tribunais de Contas, no sentido de que exigências técnicas são admitidas quando devidamente justificadas e proporcionais ao objeto, não podendo, contudo, restringir indevidamente a competitividade.

Dessa forma, a exigência da certificação ABNT NBR ISO 9001:2015 se revela tecnicamente motivada, juridicamente admissível e alinhada às boas



práticas de governança, contribuindo para a redução de riscos, aumento da qualidade da execução e proteção do interesse público.

Qualificação Técnico-Profissional

- m) Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) do(s) profissional(is) indicado(s), comprovando a execução de obra de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da contratação;
- n) Deverá ser apresentada declaração de disponibilidade ou compromisso de futura contratação, com anuência expressa do profissional.
- o) Declaração formal do profissional indicado de pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades da execução da obra;
- p) Declaração formal do profissional indicado de pleno conhecimento dos projetos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e outros que compõem o projeto do empreendimento;

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(x) NÃO

9. JUSTIFICATIVAS

(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Os requisitos de habilitação estabelecidos no presente estudo técnico preliminar foram definidos em estrita observância aos princípios da legalidade,



isonomia, competitividade, razoabilidade e proporcionalidade, bem como à necessidade de garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e da Lei nº 14.133/2021.

As exigências de qualificação técnica foram delimitadas com base nas parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo do objeto, restringindo-se ao estritamente necessário para assegurar a adequada execução da obra, conforme entendimento consolidado dos Tribunais de Contas, no sentido de que a Administração deve exigir apenas requisitos indispensáveis e diretamente vinculados ao objeto licitado, vedadas exigências excessivas ou desarrazoadas que comprometam a competitividade do certame.

A exigência de registro da empresa e dos profissionais junto ao CREA e/ou CAU constitui requisito legal indispensável à execução de serviços de engenharia, assegurando a responsabilização técnica e a regularidade do exercício profissional.

A comprovação de vínculo do responsável técnico com a empresa licitante visa garantir a efetiva disponibilidade do profissional durante a execução contratual, evitando a indicação meramente formal e assegurando a responsabilização técnica contínua, em consonância com o entendimento de que a qualificação técnico-profissional deve refletir capacidade real de execução.

No tocante à qualificação técnico-operacional, a exigência de atestados em nome da empresa, acompanhados de Certidão de Acervo Técnico (CAT), demonstra-se pertinente e proporcional, uma vez que visa comprovar experiência prévia na execução de serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade, especialmente no que se refere às parcelas mais relevantes da obra, tais como execução de estruturas em concreto armado, cobertura metálica e demais sistemas integrados da edificação.

A exigência de quantitativo mínimo encontra-se tecnicamente justificada e limitada ao necessário para evidenciar capacidade operacional da empresa,



não configurando restrição indevida à competitividade, conforme reiteradamente assentado em decisões do TCE-PR.

As declarações de conhecimento das condições locais, projetos e especificações técnicas visam mitigar riscos contratuais, prevenindo alegações futuras de desconhecimento e contribuindo para a adequada formação das propostas, em alinhamento com boas práticas de planejamento das contratações públicas.

No que se refere à exigência de certificação ABNT NBR ISO 9001:2015, ou equivalente, esta se justifica pela complexidade e natureza do objeto, que envolve múltiplos sistemas construtivos interdependentes e exige elevado nível de controle de qualidade. Tal exigência encontra amparo no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, sendo admitida desde que devidamente motivada e vinculada ao objeto, como no presente caso, em que se busca assegurar padronização de processos, rastreabilidade e mitigação de riscos técnicos, sem prejuízo da competitividade, tendo em vista a possibilidade de comprovação por meios equivalentes.

Quanto à qualificação técnico-profissional, a exigência de apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome do(s) profissional(is) indicado(s) revela-se medida necessária para comprovar a experiência individual na condução de obras de complexidade equivalente, garantindo que a execução esteja sob responsabilidade de profissional habilitado e experiente.

Registra-se, por fim, que os requisitos estabelecidos guardam pertinência direta com o objeto, são proporcionais à sua complexidade e não ultrapassam o limite do necessário à garantia da execução contratual, não havendo imposição de condições restritivas injustificadas, em consonância com a jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL



(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável:

A execução da obra de construção do Restaurante Popular enseja impactos ambientais típicos de obras de engenharia civil, de natureza local, temporária e mitigável, destacando-se, entre outros: geração de resíduos da construção civil (RCC), emissão de poeira e ruídos, consumo de recursos naturais, risco de carreamento de sedimentos à rede de drenagem, possibilidade de contaminação pontual do solo/água e interferências no tráfego local.

Nos termos do princípio do desenvolvimento nacional sustentável e das boas práticas de governança, fica expressamente estabelecido que a adoção, execução, monitoramento e comprovação das medidas ambientais são de responsabilidade integral da empresa contratada, a qual deverá demonstrar capacidade técnica e operacional para tal, especialmente em razão da exigência de Sistema de Gestão da Qualidade certificado (ABNT NBR ISO 9001:2015 ou equivalente), que pressupõe controle de processos, rastreabilidade, padronização e melhoria contínua.

Adicionalmente, a atuação da contratada deverá observar as diretrizes da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), bem como normas técnicas e regulamentos aplicáveis, devendo implementar, no mínimo, as seguintes medidas:

I – Gestão de Resíduos da Construção Civil (RCC):
Impacto: geração de entulhos, embalagens e sobras de materiais.
Solução: elaboração e execução de PGRCC, observando a hierarquia da não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, com segregação por classe, acondicionamento adequado, transporte por empresa licenciada e comprovação documental da destinação.



II – Controle de emissões e incômodos (poeira, ruído e vibração):
Impacto: material particulado, ruídos e desconforto à vizinhança.
Solução: umidificação de vias, cobertura de cargas, manutenção de equipamentos, controle de horários de operação e organização eficiente do canteiro.

III – Proteção da drenagem urbana e do solo:
Impacto: carreamento de sedimentos, assoreamento e obstrução de sistemas pluviais.

Solução: implantação de barreiras físicas, proteção de bocas de lobo, estabilização de áreas expostas e controle de armazenamento de materiais.

IV – Uso racional de recursos naturais:
Impacto: consumo excessivo de água e energia.
Solução: adoção de práticas de consumo eficiente, controle e monitoramento de uso no canteiro e priorização de processos construtivos com menor desperdício.

V – Seleção de materiais, insumos e bens sustentáveis:
Impacto: aumento de resíduos e menor desempenho ao longo do ciclo de vida.
Solução: priorização, sempre que tecnicamente viável e economicamente justificável, de produtos reciclados e recicláveis, materiais duráveis, reparáveis e com maior vida útil, observando critérios de sustentabilidade, eficiência e desempenho.

Deverá, ainda, ser adotada opção progressiva por soluções mais sustentáveis, com base na viabilidade de mercado, bem como a adoção de decisões de consumo pautadas na necessidade, economicidade e eficiência.

VI – Conformidade normativa e qualidade dos insumos:
Solução: obrigatoriedade de atendimento às normas técnicas da ABNT e aos regulamentos do Conmetro/Inmetro (Lei nº 9.933/1999), garantindo requisitos mínimos de qualidade, segurança, desempenho e proteção ao meio ambiente.

VII – Logística reversa e acondicionamento:
Impacto: descarte inadequado e aumento de resíduos.



Solução: observância, quando aplicável, dos sistemas de logística reversa previstos em norma, bem como exigência de que materiais e equipamentos sejam fornecidos com embalagens adequadas, de menor volume possível, preferencialmente recicláveis, garantindo proteção, transporte eficiente e redução de resíduos.

Ressalta-se que a responsabilidade da contratada abrange integralmente a execução das medidas, sua rastreabilidade e comprovação documental, cabendo à fiscalização da Administração apenas a verificação de conformidade.

Dessa forma, as exigências estabelecidas demonstram-se tecnicamente pertinentes, juridicamente fundamentadas e proporcionais à complexidade do objeto, alinhando-se aos princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade, e mitigando riscos ambientais e operacionais ao longo do ciclo de vida da contratação.

Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)

Para a presente contratação, não se evidencia a necessidade de elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). O empreendimento será implantado em área localizada no perímetro urbano, inserida em loteamento regularmente aprovado e dotado de infraestrutura básica compatível com o uso pretendido, não sendo identificados, na fase de planejamento, impactos urbanísticos relevantes que justifiquem a exigência de estudo específico dessa natureza.

Ressalta-se, ainda, que o projeto do Restaurante Popular já foi devidamente aprovado pelos órgãos competentes do Município e validado no âmbito do Paraná Cidade/SECID, os quais, no exercício de suas atribuições técnicas e institucionais, não apontaram a necessidade de elaboração de EIV, tampouco condicionaram a aprovação do empreendimento à sua apresentação.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve pautar suas exigências pelos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, evitando a imposição de obrigações desnecessárias que não agreguem valor ao objeto ou que possam restringir indevidamente a competitividade. Nesse



contexto, a não exigência de EIV mostra-se tecnicamente justificada e juridicamente adequada, considerando a natureza do empreendimento, sua localização, o porte da intervenção e as aprovações já obtidas.

Eventuais impactos locais decorrentes da execução da obra serão devidamente tratados por meio das medidas de controle ambiental, gestão de obra e organização do canteiro já previstas nos instrumentos técnicos da contratação, não sendo o EIV, neste caso, instrumento necessário ou proporcional.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

(art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

A implantação do Restaurante Popular tem por finalidade produzir resultados mensuráveis, contínuos e estruturantes no acesso à alimentação adequada, consistindo, como objetivo central, na oferta regular, previsível e acessível de refeições com padrão sanitário e nutricional controlado, prioritariamente destinada à população em situação de vulnerabilidade e trabalhadores de baixa renda.

Como resultados diretos, espera-se:

- (i) redução da insegurança alimentar urbana, especialmente no acesso ao almoço diário;
- (ii) diminuição da supressão de refeições e do consumo de alimentos de baixa qualidade motivado por restrição econômica;
- (iii) melhoria das condições nutricionais e da qualidade de vida da população de baixa renda, com reflexos positivos na saúde, capacidade laboral, rendimento cotidiano e bem-estar geral;
- (iv) redução do comprometimento da renda familiar com alimentação, permitindo maior equilíbrio econômico doméstico, ao viabilizar refeições de qualidade a preço social.



Sob o aspecto social, objetiva-se a promoção da dignidade, inclusão e pertencimento, mediante disponibilização de ambiente adequado, acessível e livre de estigmas para realização das refeições, incentivando a comensalidade e o convívio comunitário, em substituição a soluções precárias ou emergenciais.

No âmbito da gestão pública, pretende-se a estruturação de serviço contínuo, padronizado e controlável, com garantia de qualidade sanitária e nutricional, rastreabilidade de insumos, gestão eficiente de estoques e maior previsibilidade orçamentária, possibilitando a integração com outras políticas públicas de segurança alimentar e assistência social.

Quanto à infraestrutura, o resultado esperado consiste na entrega de edificação funcional, segura e adequada ao uso intensivo, com setorização sanitária correta, acessibilidade e sistemas prediais compatíveis com operação contínua, reduzindo riscos operacionais, custos de manutenção e possibilidade de descontinuidade do serviço.

Dessa forma, a contratação visa assegurar que o investimento público se traduza em serviço efetivo, contínuo e sustentável, com impacto direto na melhoria das condições de vida da população, redução de vulnerabilidades sociais e fortalecimento da política pública de segurança alimentar, em estrita observância ao interesse público.

12. REGIME DE FORNECIMENTO

(Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

O regime de execução adotado será o de empreitada por preço global, considerando que o objeto consiste na execução integral da obra de construção do Restaurante Popular, com escopo previamente definido em projetos, especificações técnicas, memoriais descritivos e planilha orçamentária de referência.



Tal regime mostra-se tecnicamente adequado, uma vez que permite a contratação do empreendimento por preço certo e total, assegurando maior previsibilidade orçamentária, controle do limite de despesa e objetividade na análise e comparação das propostas.

Adicionalmente, a empreitada por preço global promove a responsabilização integral da contratada pela execução do objeto, abrangendo a compatibilização dos projetos, a adequada sequência construtiva e a entrega final da edificação em pleno funcionamento, conforme os parâmetros técnicos estabelecidos.

Destaca-se, ainda, que esse regime reduz riscos de fragmentação da execução, conflitos de interface entre etapas e ocorrência de aditivos indevidos, contribuindo para maior eficiência na gestão contratual, cumprimento do cronograma físico-financeiro e obtenção do resultado pretendido com maior segurança técnica e jurídica.

Dessa forma, o regime adotado revela-se compatível com a natureza do objeto, economicamente vantajoso e alinhado às boas práticas de governança, atendendo ao interesse público.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Nesta fase de planejamento da contratação, não foram vislumbradas necessidades de providências específicas, ademais, a gestora, fiscais e suplente designadas para o contrato são servidoras experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Carlos Eduardo Mangini



Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Murilo Szpak
Fiscal Técnico:	Murilo Szpak
Suplentes:	Raul Zanella

● A manifestação de ciência da gestora e fiscais se dará pela assinatura deste ETP.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES

(art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

A presente contratação, consistente na execução da obra de construção do Restaurante Popular, possui caráter interdependente em relação a outras providências administrativas e contratações necessárias à efetiva entrada em operação do equipamento público, uma vez que a infraestrutura física, isoladamente, não assegura a prestação do serviço público pretendido.

Nesse contexto, deverão ser planejadas, instruídas e executadas, em processos próprios e autônomos, as contratações correlatas relativas ao fornecimento e instalação de equipamentos de cozinha industrial e sistemas operacionais essenciais, tais como: cocção, exaustão e ventilação, refrigeração, bancadas, pias, equipamentos de distribuição e apoio, indispensáveis ao funcionamento da unidade.

Adicionalmente, inclui-se a aquisição de utensílios, insumos permanentes, materiais de consumo e mobiliário das áreas operacionais, administrativas e de atendimento, abrangendo itens como mesas, cadeiras, balcões, armários, sinalização e dispositivos de acessibilidade, além de eventuais sistemas de tecnologia e controle.

Ressalta-se que o fornecimento dos equipamentos, utensílios e mobiliários será de responsabilidade da Secretaria competente pela implantação e operação do equipamento público, devendo ser viabilizado por meio de processo(s) licitatório(s) próprio(s) e independente(s), em momento oportuno, observando-se a conclusão da obra física como marco para sua aquisição, instalação e entrada em funcionamento.



No tocante à operação continuada, serão igualmente necessárias providências relacionadas ao abastecimento regular de gêneros alimentícios, bem como a formalização de serviços contínuos ou periódicos, tais como manutenção preventiva e corretiva, limpeza, dedetização, coleta e destinação de resíduos, e, quando aplicável, serviços de segurança patrimonial.

Quanto aos recursos humanos, a entrada em funcionamento do equipamento dependerá da estruturação de quadro funcional compatível com a demanda operacional, podendo ser viabilizada mediante servidores próprios, contratações temporárias ou terceirização do serviço.

Registra-se, por fim, que, embora tais contratações possuam natureza distinta da obra de engenharia, sua adequada coordenação é essencial para assegurar a efetividade do investimento público, devendo ser objeto de planejamento integrado e cronograma sincronizado, a fim de evitar a entrega de infraestrutura sem condições de operação imediata, em observância aos princípios da eficiência e do interesse público.

15. ALINHAMENTO COM O PAC

(art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração:

A presente contratação não foi prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), uma vez que sua viabilização esteve condicionada à formalização do convênio com o Governo do Estado, cujas definições relativas à confirmação do repasse, condições de execução e prazos de aplicação dos recursos ocorreram em momento posterior ao período de consolidação do referido instrumento de planejamento.

Destaca-se, ainda, que tais recursos decorrem de emendas e transferências financeiras de caráter esporádico, cuja disponibilização não segue periodicidade previsível, tornando inviável sua antecipação com grau adequado de precisão no momento de elaboração do PCA.



Adicionalmente, a demanda exigiu amadurecimento técnico e articulação intersetorial, especialmente para definição do programa arquitetônico e das soluções de engenharia, o que inviabilizou sua inclusão tempestiva no PCA.

Não obstante, trata-se de necessidade pública relevante, vinculada à política de segurança alimentar e nutricional, cuja implementação depende da adequada aplicação dos recursos conveniados. Assim, uma vez assegurada a fonte de financiamento e definida a prioridade administrativa, tornou-se imprescindível a instauração do presente processo de contratação, com a devida instrução técnica, estimativa de custos, análise de riscos e definição da estratégia licitatória.

Registra-se, por fim, que a ausência de previsão no PCA não exime a Administração do dever de planejamento, sendo a presente justificativa medida de transparência e motivação, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e interesse público, devendo a Administração adotar providências para o aperfeiçoamento contínuo dos instrumentos de planejamento, especialmente em contratações vinculadas a convênios e transferências voluntárias.

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- (x) Global
() Lote(s) de Itens
(X) Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- () Bens e serviços comuns
() Bens e serviços especiais
(x) Serviço comum de engenharia
() Serviço especial de Engenharia

O objeto da contratação enquadra-se como serviço comum de engenharia, uma vez que, embora envolva múltiplos sistemas construtivos, sua execução se baseia integralmente em



projetos executivos completos, especificações técnicas detalhadas e parâmetros de desempenho plenamente definidos, possibilitando a objetiva mensuração e fiscalização dos serviços.

Trata-se de obra com soluções técnicas padronizadas, amplamente difundidas no mercado da construção civil, não demandando desenvolvimento de soluções inéditas, inovação tecnológica ou elevada especialização fora dos padrões usuais.

Todos os serviços previstos, tais como estruturas em concreto armado, alvenaria, instalações prediais e sistemas complementares, possuem normativas técnicas consolidadas e ampla oferta de fornecedores, permitindo a adequada definição de critérios de execução, medição e aceitação no edital.

Dessa forma, o objeto apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definíveis, nos termos do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, caracterizando-se como serviço comum de engenharia.

- () Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- () Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- (x) Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- () Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

O serviço objeto da contratação é classificado como não contínuo ou contratado por escopo, pois se trata de uma execução limitada e definida, com início e término determinados, cujas atividades são específicas e têm resultado mensuráveis. Diferentemente dos serviços contínuos, não decorre de necessidade permanente da Administração Pública, mas sim de um projeto ou demanda específica que pode ser concluída dentro de um prazo ou conjunto de entregas definido.

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Será exigida a garantia de execução, prevista no edital, como medida de proteção do interesse público diante do porte e da criticidade do objeto da contratação. O inadimplemento pode gerar prejuízos relevantes, atrasos, paralisação das atividades e risco de não entrega do projeto como um todo, impactando diretamente a qualidade e a continuidade do serviço público de iluminação.

A exigência da garantia se justifica com base na Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração, a critério da autoridade competente, a exigir garantia



nas contratações de obras, serviços e fornecimentos. Para esse tipo de contratação, a garantia pode ser fixada em até 5% do valor inicial do contrato.

A finalidade da garantia é assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, inclusive cobrindo multas, prejuízos e indenizações decorrentes de eventual inadimplemento. Considerando que o empreendimento será financiado por convênio e requer elevado controle e responsabilização para assegurar a boa aplicação dos recursos e a conclusão do projeto, define-se a exigência em percentual compatível com a lei (regra geral de 5%). A contratada poderá optar pela modalidade de garantia legalmente admitida, como caução, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em aderência ao modelo do ETP, que orienta expressamente a motivação da exigência de garantia.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

conclui-se pela viabilidade da contratação, por se tratar de medida necessária e adequada ao atendimento do interesse público, destinada à modernização do parque de iluminação pública, garantindo melhoria do serviço prestado à população. O objeto encontra-se suficientemente definido em projeto e especificações técnicas, com estimativa de custo estabelecida pela planilha orçamentária de referência e fonte de recursos assegurada por convênio com o Governo do Estado, conferindo lastro financeiro e previsibilidade para execução.

A estratégia adotada, com licitação na modalidade concorrência, regime de empreitada por preço global, exigência de habilitação técnica compatível, gestão de riscos e imposição de garantia de execução, oferece condições de controle, fiscalização e responsabilização capazes de mitigar os principais riscos de atraso, não conformidades e inadimplemento, assegurando que a



entrega do projeto se converta efetivamente em serviço público. Assim, atendidos os requisitos de planejamento e instrução do processo, bem como observadas as diretrizes de sustentabilidade e governança das contratações, a contratação mostra-se tecnicamente, economicamente e administrativamente viável.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC

(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

A licitação será realizada na modalidade Concorrência Presencial, com critério de julgamento pelo menor preço global.

Embora a Lei nº 14.133/2021 estabeleça a sequência padrão de apresentação de propostas, julgamento e habilitação, o Município optou por antecipar a fase de habilitação, permitindo que apenas licitantes habilitadas participem da disputa. Essa decisão aumenta a segurança e eficiência do processo, evitando propostas inexequíveis, reduzindo o risco de lances sem lastro técnico e concentrando a competição entre empresas previamente qualificadas. A habilitação prévia garante estabilidade ao rito, permitindo exclusão apenas por fatos supervenientes ou não conhecidos anteriormente.

A forma presencial é motivada pela necessidade de maior confiabilidade operacional, garantindo participação efetiva e mitigando riscos de instabilidade tecnológica. Para assegurar transparência e rastreabilidade, a sessão será registrada em ata e gravação integral em áudio e vídeo, que será juntada aos autos ao final do certame, permitindo auditoria e controle por todos os interessados e órgãos competentes.



() Pregão, () Tradicional () SRP

(X) Concorrência Presencial, () Concorrência Eletrônica, () Tradicional ()

SRP

() Concurso

() Leilão

() Dialogo Competitivo

Justificativa:

*A presente contratação tem por objeto a construção de Restaurante Popular, contemplando a execução de edificação com dois pavimentos, reforma e ampliação de estrutura existente, implantação de cobertura destinada a feiras e eventos, bem como a instalação de sistemas estruturais e equipamentos especiais, tais como estruturas metálicas, escadas em concreto armado com geometrias especiais e plataforma elevatória, caracterizando-se como obra de **grande porte e elevada complexidade técnica e executiva**.*

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o processo licitatório deve assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, observando os princípios da eficiência, economicidade e interesse público. Embora a regra geral seja a realização das licitações sob a forma eletrônica, admite-se exceção devidamente motivada quando demonstrada sua inadequação ao caso concreto, conforme previsto no art. 17, §2º.

1. Problema Identificado e Impacto na Eficiência Administrativa

A experiência administrativa do Município de Dois Vizinhos/PR, especialmente em contratações de obras de maior complexidade, evidencia que a realização de certames na forma eletrônica tem atraído número expressivo de licitantes sem a devida qualificação técnica e operacional.

Tal cenário resulta em uma distorção procedimental relevante: diversos licitantes participam da fase competitiva de propostas e lances, porém não reúnem condições de habilitação para execução contratual. Como consequência, após o julgamento, ocorre a inabilitação sucessiva dos classificados, obrigando a Administração a adotar o rito previsto no art. 90 da Lei nº 14.133/2021, com convocações sucessivas de remanescentes.

Esse procedimento acarreta:

- **morosidade excessiva do certame;**
- **aumento do risco de fracasso da licitação;**
- **insegurança jurídica;**
- **prejuízo ao planejamento administrativo, especialmente em contratações vinculadas a convênios com prazos definidos.**



No caso específico deste convênio, tais atrasos podem comprometer o cronograma pactuado e ensejar risco concreto de perda de recursos, em afronta direta ao princípio da eficiência.

2. Fundamentação para a Adoção da Inversão de Fases

A inversão de fases encontra respaldo expresso no art. 17, §1º da Lei nº 14.133/2021, constituindo mecanismo legítimo de adaptação procedimental, desde que devidamente motivado e com indicação dos benefícios decorrentes.

No presente caso, a adoção da habilitação prévia justifica-se pela necessidade de **qualificação antecipada dos licitantes**, considerando a complexidade do objeto.

Benefícios diretos da inversão de fases:

- **Filtragem técnica prévia**, com eliminação imediata de licitantes sem capacidade;
- **Racionalização da atuação administrativa**, concentrando esforços apenas em propostas válidas;
- **Redução de riscos contratuais**, evitando adjudicação a empresas incapazes;
- **Maior celeridade e previsibilidade procedimental**;
- **Mitigação de litígios e recursos protelatórios**.

Importante destacar que a medida não restringe a competitividade, mas sim **qualifica a disputa**, garantindo que ela ocorra entre agentes efetivamente aptos a executar o objeto.

3. Justificativa para Adoção da Forma Presencial

A Lei nº 14.133/2021 estabelece preferência pela forma eletrônica, porém admite a forma presencial quando houver motivação idônea, conforme art. 17, §2º.

No presente caso, a justificativa não reside em limitação dos licitantes, mas sim em **inviabilidade técnica do sistema eletrônico utilizado (ComprasGov)**, o qual não disponibiliza funcionalidade que permita a operacionalização da inversão de fases.

Dessa forma, verifica-se uma situação objetiva:

- a inversão de fases é juridicamente possível e tecnicamente necessária;
- o sistema eletrônico não permite sua aplicação;
- a forma presencial torna-se o único meio viável para adoção do procedimento mais eficiente.

Tal fundamentação está alinhada com o entendimento dos Tribunais de Contas, inclusive do TCE/PR, no sentido de que a forma presencial é admitida quando:

- **houver justificativa técnica consistente**;
- **restar demonstrada sua vantagem para a Administração**;
- **não houver prejuízo à competitividade**.

4. Manutenção da Competitividade e Observância aos Princípios Licitatórios



A adoção da forma presencial não compromete a ampla concorrência, considerando a existência de número significativo de empresas capacitadas nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, aptas a executar o objeto com qualidade.

Além disso, serão assegurados:

- publicidade integral do certame;
- registro em ata circunstanciada;
- gravação em áudio e vídeo da sessão;
- observância aos princípios da isonomia, transparência e julgamento objetivo.

5. Complexidade do Objeto como Elemento Determinante

Ressalta-se que o empreendimento não se limita a obra civil comum, envolvendo múltiplos sistemas construtivos e soluções técnicas integradas, tais como:

- estruturas metálicas de maior complexidade;
- execução de elementos estruturais especiais em concreto armado;
- instalação de equipamentos (plataforma elevatória);
- intervenções em edificação existente.

Tais características reforçam a necessidade de **rigor na aferição da capacidade técnica dos licitantes**, justificando plenamente a inversão de fases como medida de gestão de risco contratual.

6. Conclusão

Diante do exposto, a adoção da inversão de fases, associada à realização do certame na forma presencial, constitui medida:

- **legalmente amparada** (arts. 17, §§1º e 2º da Lei nº 14.133/2021);
- **tecnicamente justificada**, diante da complexidade do objeto;
- **operacionalmente necessária**, em razão das limitações do sistema eletrônico;
- **alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público**;
- **compatível com os entendimentos dos órgãos de controle**, especialmente no que se refere à motivação e demonstração de vantagem.

Assim, a medida adotada visa assegurar maior celeridade, segurança jurídica e efetividade na contratação, garantindo a adequada execução do objeto e o cumprimento dos prazos estabelecidos no Convênio nº 002/2026 – Prioridade nº 96.

Procedimentos auxiliares



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- ☐ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)
☐ Pré-Qualificação
☐ Procedimento de Manifestação de Interesse, etc vide art. 78 da Lei.

Contratação Direta:

- ☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa
☐ Inexigibilidade de licitação.

Critério de julgamento:

- ☒ menor preço
☐ melhor técnica ou conteúdo artístico
☐ técnica e preço
☐ maior retorno econômico
☐ maior desconto
☐ maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- ☒ Aberto
☐ Fechado
☐ Aberto e Fechado
☐ Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOS

- ☐ SIM
☒ NÃO

21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

- ☐ Recursos Próprios
☒ Recursos Estaduais
☐ Recursos Federais



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Dois Vizinhos, 08 de abril de 2026.

CARLOS EDUARDO MANGINI SILVA
Secretário de Planejamento e Ações Estratégicas
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 20392-1



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 2BD5-75DC-C818-FE49

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 29/04/2026 09:22:11 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ RAUL ZANELLA (CPF 063.XXX.XXX-66) em 29/04/2026 09:22:28 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ FABIANO TOSCAN (CPF 046.XXX.XXX-17) em 29/04/2026 09:24:41 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/2BD5-75DC-C818-FE49>